

PMDB sugere prazo de ^{ainda fix} 30 anos e carência de 5

Da sucursal de
BRASÍLIA

O PMDB vai sugerir ao governo que declare a moratória por 30 anos, com três ou cinco anos de carência, na convicção de que a medida seria a única maneira de o País conseguir reservas cambiais capazes de atender a suas necessidades. A informação foi dada pelo presidente do partido, Ulysses Guimarães, anteontem à noite, durante reunião com a bancada federal do PMDB baiano e com os coordenadores das bancadas regionais do partido. Ontem Ulysses examinou o assunto com Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado.

O presidente do PMDB deu conhecimento aos coordenadores das linhas gerais do seu pronunciamento a ser feito da tribuna da Câmara, dia 24, no horário da liderança. Além da moratória, em nome do partido, o deputado paulista reclamará revisão da política salarial, retomada do desenvolvimento para obter taxa de crescimento de pelo menos 4%; política econômica anti-recessiva; política contra o desemprego; medidas para resolver o problema da dívida interna.

No plano político-institucional o pronunciamento de Ulysses Guimarães defenderá eleições diretas de presidente da República em 1985 e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1986.

ENTENDIMENTO

Ulysses Guimarães, e o governador de Minas, Tancredo Neves, confirmaram ontem a experiência política adquirida na velha escola peessedista, ao concordarem cada um com a posição do outro, nos entendimentos com setores do governo, na busca de soluções para a crise sócio-econômica: Ulysses não irá além do PDS, mas os nove governadores poderão manter os contatos que julgarem necessários, com todos os setores do governo, sem excluir o presidente da República.

Esta posição foi acertada ontem, durante o almoço de Ulysses Guimarães com Tancredo Neves, no apartamento do deputado pernambucano Fernando Lyra, na companhia também do senador Fernando Henrique Cardoso, presidente do PMDB paulista. De início o governador de Minas procurou mostrar ao presidente nacional do PMDB que no exame de

soluções para a crise sócio-econômica e de reivindicações político-institucionais, não teriam lógica contatos com o PDS sem incluir o governo. Ulysses, porém, mostrou ao governador que sua decisão havia recebido o apoio das bancadas, tendo em vista que, procurando o PDS, estaria prestigiando a atividade partidária. Tancredo concordou.

Mesmo assim, o governador de Minas esclareceu que ele e os outros nove governadores peemedebistas tinham situação diversa dos deputados e senadores. Por força de suas funções executivas e devido, principalmente, às circunstâncias de dependência do Poder Central, não podem deixar de manter diálogo com o Executivo federal, "mas sem infringir a linha programática do partido". Ulysses concordou.

Examinaram, também, a campanha do PMDB pelo restabelecimento das eleições diretas de presidente da República e a proposta-alternativa do partido, a ser divulgada da tribuna da Câmara por Ulysses Guimarães no dia 24.

Não houve divergências entre Ulysses e Tancredo, segundo se apurou. A campanha do pleito direto deverá prosseguir, embora "moderados" do partido entendam que, com a dinamização do movimento peemedebista, poderá surgir clima para a tese do consenso — um candidato pedessista confiável às oposições.

"CABEÇAS DURAS"

"Os historiadores do futuro vão dizer que, em 1979, este país estava sendo dirigido por pessoas de cabeça muito dura." A afirmação é do ex-ministro do Planejamento, Celso Furtado, que ontem fez uma exposição de 45 minutos na Câmara dos Deputados, lembrando que os dirigentes, "embora tendo conhecimento do agravamento da situação externa, com a elevação das taxas de juro internacionais, desenhada a partir de 1978, e o início de um processo de escassez de recursos externos, simplesmente deixaram passar a oportunidade de promover, a partir de então, uma política de ajustamento".

O economista referiu-se também ao Decreto-lei nº 2.045, que se encontra em tramitação no Congresso, e que a seu ver mostrou, "pela primeira vez, na história da economia, como um governo decreta o empobrecimento do povo".